

Enterrada a pena de morte

Após três horas, emenda de Amaral Netto foi derrotada

A pena de morte, que ocupou a Comissão de Sistematização, ontem, por três horas, não foi a questão que imprimiu modificações ao parágrafo 21 do artigo 5º do segundo substitutivo. Meia hora depois de apreciar quatro emendas relativas à matéria, o plenário aprovou (com apoio do relator Bernardo Cabral) emenda do deputado Antônio Mariz (PMDB-PB) que propõe um instrumento capaz de evitar, por exemplo, a inelegibilidade imposta por cassações políticas, como já ocorreu no passado. A modificação foi aprovada por 72 votos contra 11 e três abstenções.

Por quatro vezes o plenário disse não à inclusão da pena de morte na Constituição. A tendência da Comissão já se manifestara na primeira contagem de votos, que derrubou a emenda do deputado Amaral Netto. Mesmo assim, os autores das três emendas apreciadas a seguir não abriram mão da votação nominal de seus textos. Foram três horas de discussões em torno desta matéria, para decidir, em meia hora, a nova

readação do dispositivo: "Não haverá pena de morte, nem de caráter perpétuo, de trabalhos forçados ou de banimento".

DÍVIDA

A prisão civil por dívida agora poderá ser aplicada também a "todos os que recolhem tributos, descontos, ou contribuições de terceiros e forem inadimplentes". A alteração do parágrafo 28 do artigo 5º, que previa prisão civil por débito somente para "o depositário infiel ou responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia", foi feita através de aprovação de emenda do deputado Victor Fontana (PFL-SC), por 55 votos favoráveis a 22 contrários, nos instantes finais da sessão de ontem.

AVANÇO

Seis horas de reunião da Comissão de Sistematização, ontem, significaram o avanço na análise de somente mais quinze parágrafos do artigo 5º do subs-

titutivo, ainda relativo ao Capítulo I do Título I. A sessão de hoje, marcada para as 14 horas, vai começar a examinar os destaques a partir do parágrafo 27 do artigo 5º. Como este artigo tem 55 parágrafos, dificilmente a Comissão conseguirá iniciar a votação do artigo seguinte, relativo ao Capítulo II, "Dos Direitos Sociais", que trata, entre outras coisas, das relações coletivas de trabalho.

Embora o ritmo de votação ainda possa ser considerado lento em relação ao volume de matéria a ser examinada, é inegável que a reunião de ontem foi a mais produtiva já realizada até agora. Esta aceleração no pique dos trabalhos deve-se basicamente a três fatores: a decisão de considerar prejudicados os destaques cujos autores estejam ausentes, a atitude de inúmeros constituintes de retirarem espontaneamente os seus destaques e a agilidade dos dois novos vice-presidentes eleitos, os senadores Jarbas Passarinho (PDS-PA) e Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP).

Fernando Henrique e Passarinho estrearam ontem, na presidência da Mesa. O pedessista assumiu a condução dos trabalhos logo no início da sessão, em substituição a Aluizio Campos (PMDB-PB), que queria defender uma das inúmeras emendas de sua autoria. Passarinho subiu à Mesa sob aplausos e logo inaugurou um novo estilo de comando, com decisões rápidas e firmes.

A maior inovação, porém, partiu do senador Fernando Henrique, que ocupou a presidência às 18 horas, a pedido do senador Afonso Arinos (PFL-RJ). O líder peemedebista passou a fazer, antes de cada votação, uma "consulta informal" ao plenário para saber se a emenda que estaria em discussão a seguir tinha alguma chance de aprovação. Diante do resultado claramente desfavorável de muitas emendas, vários constituintes as retiraram espontaneamente, economizando preciosos minutos de trabalho e o fôlego do senador José Fogaça (PMDB-RJ), encarregado da chamada nominal.



Sarney pede a ajuda dos governadores na Constituinte

Emendas aprovadas preocupam Sarney

O presidente Sarney manifestou ontem aos governadores sua preocupação com a maneira pela qual o projeto de Constituição está sendo votado na Comissão de Sistematização, dizendo-se apreensivo com a possibilidade de o texto não corresponder ao anseio nacional, o que provocaria um impasse com consequências imprevisíveis. Sarney considerou que algumas propostas aprovadas são prejudiciais à sociedade, não trazem avanço nem segurança social, e referiu-se especialmente à decisão da Comissão de não incluir o tráfico de drogas e o terrorismo entre os crimes inafiançáveis, imprescritíveis e insuscetíveis de graça ou anistia—decisão condenada também pelos governadores, alguns dos quais defenderam a intensificação de sua atuação junto aos constituintes.

ce a realidade das emendas sob exame.

Na questão do tráfico de drogas, o Presidente, de acordo com Pedro Ivo, observou que tem tido uma posição muito firme em relação aos traficantes, que só são expulsos do País após o cumprimento da pena. A decisão da Comissão garantiria aos traficantes, que têm disponibilidade de recursos, a liberação de qualquer condenado.

Quanto ao terrorismo, Sarney declarou, segundo o Governador de Santa Catarina, que o deputado Genoino deveria se lembrar que o terrorismo não parte só da esquerda, mas também da direita. Pedro Ivo mencionou o caso Riocentro, ressaltando que o exemplo era de sua responsabilidade, e afirmou que o governador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, observou que no País tem predominado o terrorismo de direita.

Num relato do encontro, o governador do Piauí, Alberto Silva, informou que o Presidente defendeu a necessidade de um esforço para que a Constituição seja promulgada no menor tempo possível, porque o povo tem esta expectativa. Segundo Alberto Silva, os governadores foram unânimes em apoiar o Presidente em relação a não inclusão do tráfico de drogas e do terrorismo entre os crimes inafiançáveis, que julgaram um desserviço ao povo. Alberto Silva disse também que o Presidente sustentou que a Constituinte deveria prestar mais atenção na hora de votar questões dessa natureza.

Já o governador da Paraíba, Tarcisio Burity, disse que o Presidente está preocupado com a possibilidade de a Constituinte se definir por determinadas soluções que, não discutidas durante a campanha eleitoral, sejam repudiadas pelo povo.

Destaques serão analisados de manhã

A partir de hoje os líderes dos partidos na Constituinte vão se reunir diariamente, às 11h, para analisar os destaques que serão votados e os que serão retirados nas sessões vespertinas. A decisão foi tomada ontem durante reunião da mesa da Comissão de Sistematização. Ficou acertado também que a presidência das sessões caberá, alternadamente e em turnos de duas horas, a cada um dos quatro vice-presidentes da Comissão além do senador Afonso Arinos, que é o titular. A mesa decidiu ainda reduzir de quatro para dois o número de oradores no momento em que um destaque estiver sendo discutido.

Participaram da reunião o presidente Afonso Arinos, os vice-presidentes Fernando Henrique Cardoso, Jarbas Passarinho e Aluizio Campos, os deputados Antônio Carlos Konder Reis, Adolpho Oliveira e Nelson Jobim e o secretário geral da mesa, Paulo Afonso Martins. Segundo o senador Fernando Henrique Cardoso, as decisões tomadas se associam ao esforço dos parlamentares no sentido de agilizar a votação do substitutivo pela Comissão de Sistematização. "Vamos agilizar, mas não a

ponto de prejudicar o conteúdo da Constituição", ponderou.

Antes mesmo de a mesa ter anunciado o resultado da reunião, entretanto, o líder interno do PMDB na Constituinte, deputado Euclides Scalco, (PMDB/PR), reuniu em seu gabinete representantes das diversas facções do partido, justamente para discutir maneiras de diminuir o número de destaques. Participaram representantes do Movimento Unidade Progressista, do Centro Democrático e dos Grupos do Consenso e dos 32. De acordo com Scalco, os líderes dessas facções estão conscientes da necessidade de tal objetivo ser atingido e prometeram conversar com seus liderados sobre a retirada de "alguns destaques desnecessários".

Terminada a reunião, estava prevista outra no mesmo local, desta vez com os líderes dos diversos partidos na Constituinte. Mas uma confusão na confirmação do encontro acabou inviabilizando-o. Mesmo assim, os deputados Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), Antônio Britto (PMDB-RS), Plínio Arruda Sampaio (PT-SP), Bernardo Cabral (PMDB-AM), Nelson Jobim (PMDB-RS), Haroldo Lima (PC do B-BA) e

Siqueira Campos (PDC-GO) encontraram-se informalmente com Scalco, e não tomaram qualquer decisão. Da reunião participou também o senador Fernando Henrique Cardoso.

O deputado Siqueira Campos lembrou, ao sair, que os constituintes de todos os partidos estão a par da necessidade de terem "responsabilidade e espírito público para encontrar uma fórmula que viabilize a votação do projeto". Segundo cálculos do deputado, dos mais de 8 mil destaques apresentados, cerca de 20 por cento permanecerão. Os demais deverão ser retirados por seus autores. O líder do PMDB, deputado Euclides Scalco, está mais otimista. Embora tenha afirmado ser difícil fazer uma previsão, ele estimou que permanecerão apenas 10 por cento dos destaques. "Mas esse número não é fixo. Pode haver um capítulo em que permaneçam poucos destaques e outro em que a maioria não seja retirada", observou.

De qualquer maneira, tanto Scalco quanto Siqueira Campos já acham improvável aprovar o projeto até o dia 8 próximo. "Deveremos ter uma pequena prorrogação", arriscou o deputado goiano. O

líder do PMDB lembrou, por sua vez, que se o projeto não for aprovado dentro do prazo e não houver prorrogação, caberá ao relator Bernardo Cabral dar parecer oral e encaminhar o texto para ser apreciado pelo plenário da Constituinte.

PT

O Partido dos Trabalhadores, responsável por mais de 1 mil 200 destaques apresentados pelos constituintes, vai abrir mão de cerca de dois terços desses pedidos. O cálculo foi feito ontem, pelo deputado José Genoino (PT-SP), que, entretanto, descarta a retirada de destaques relativos a "questões de fundo, como estabilidade, jornada de trabalho, reforma agrária e sistema de governo".

O deputado explicou que seu partido negociará a retirada dos destaques por títulos. Assim, antes de ser iniciada a votação de um determinado título, o PT manterá contatos com os demais partidos para aceitar o que será retirado. "Em cada título separaremos o essencial do secundário. Abriremos mão do secundário e votaremos o essencial, desde que os demais façam o mesmo", explicou.